

- XXVII -

AS DESIGUALDADES DE ACESSO DE NEGROS AO ENSINO SUPERIOR: O GARGALO PODE ESTAR NO ENSINO MÉDIO

Amélia Cristina Abreu Artes

Fundação Carlos Chagas

aartes@fcc.org.br

Introdução

Vários estudos têm demonstrado que as políticas de ação afirmativa desenvolvidas nas esferas estaduais e federais nas últimas décadas, no Brasil, para ampliação de participação de negros no ensino superior têm alcançado seu objetivo de ter um ensino superior com uma representatividade racial menos desigual. (FEREZ JR, 2011, ARTES, 2015). Porém apesar dos avanços ainda estamos muito distantes da representatividade racial dos negros na população brasileira.

Uma questão fundamental é desvendar em que etapa de escolarização está o gargalo que impede o acesso equitativo dos grupos raciais no ensino superior: é nos processos seletivos de ingresso aos cursos de graduação, ou nas etapas anteriores de escolarização, em especial no ensino médio, etapa exigida para acesso ao ensino superior? Para ajudar a responder tal questão trabalhamos com os dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, a partir do Índice de Paridade Racial (ARTES, 2018).

É importante ressaltar que o ensino médio é o foco das políticas públicas com vistas ao enfrentamento dos problemas atuais da educação brasileira, em especial a baixa qualidade dimensionada pelos diferentes exames de proficiência realizados tanto no Brasil (Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM) como no exterior (PISA).

Os gargalos da Educação

Discutir a representatividade dos negros no ensino superior é tema presente na academia, em especial nos últimos 10 anos no contexto das políticas de ação afirmativa. Um conjunto de ações foram adotadas por governos (tanto na esfera federal como nas esferas estaduais) e instituições de ensino privadas no Brasil, com o objetivo de diminuir as diferenças educacionais entre brancos e negros. Essas medidas são resultado de pressões sociais iniciadas nos anos 1990, que foram fortalecidas por meio de legislação específica (Estatuto da Igualdade Racial, Lei n. 12.288/10 e Lei de Cotas, Lei n. 12.711/12). Nas instituições privadas, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento

Estudantil (Fies)¹ privilegiam, em seus processos de ingresso, o atendimento desses grupos “historicamente minoritários” no acesso ao ensino superior. (FEREZ JR, 2011). Dimensionar a distância entre os grupos raciais é fundamental para avaliar as políticas adotadas e propor mudanças necessárias.

O Índice de Paridade Racial (IPR) é definido como a razão entre negros e brancos para uma determinada variável selecionada (número de alunos que frequentam o ensino superior, participação em cargos de chefia, etc.), conforme a fórmula (1). Por construção, um IPR com valor 1 indica paridade entre brancos e negros; um IPR que varia de 0 a 1 significa uma disparidade em favor dos brancos; um IPR superior a 1 evidencia disparidade em favor das negros. Rosemberg (2006) apresenta o Índice de Negritude utilizando o mesmo princípio.

$$IPR_{kt} = \frac{G_{nkt}/N_{kt}}{G_{Bkt}/B_{kt}}, (1)$$

sendo IPR_{kt} : o valor do IPR calculado para a faixa etária k e no ano t (2000 e 2010);

N_{kt} : número de negros na faixa etária k e no ano t ;

B_{kt} : número de brancos na faixa etária k e no ano t ;

G_{Nkt} : número de graduados negros na faixa etária k e no ano t e

G_{Bkt} : número de graduados brancos na faixa etária k e no ano t .

Neste estudo as opções de autoclassificação racial de pretos e pardos estão reunidas na categoria negros (segundo o definido nas publicações do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O uso do termo “negros” tem por finalidade a contraposição com as análises para o grupo de brancos. Vários estudos apresentam a categoria negro como de uso social, conforme descrito por Guimarães (2002)

Anterior à apresentação do IPR é fundamental apresentar a caracterização populacional por cor/raça nos dois censos utilizados 2000 e 2010 (Tabela 1). Este será o “pano de fundo” para as análises por etapa de escolarização.

¹ O Prouni é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede *bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior*, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior.

O Fies é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001.

Tabela 1 – Distribuição das pessoas por sexo, cor/raça, IPG e IPR – Brasil, 2000 e 2010

	2000			2010		
Cor/raça	N	%	IPR	N	%	IPR
Branços	91.298.042	54,6	0,83	90.621.281	48,3	1,07
Negros	75.872.428	45,4		97.171.614	51,7	
Total*	167.170.470	100		187.792.895	100	

Fonte: Censo Demográfico, 2000 e 2010 (Microdados). (acessados via BME). Nota: *total exclui os amarelos, indígenas e sem indicação de cor; os três grupos totalizam 2.702.385 pessoas (1,5%) em 2000 e 2.962.905 pessoas (1,5%) em 2010.

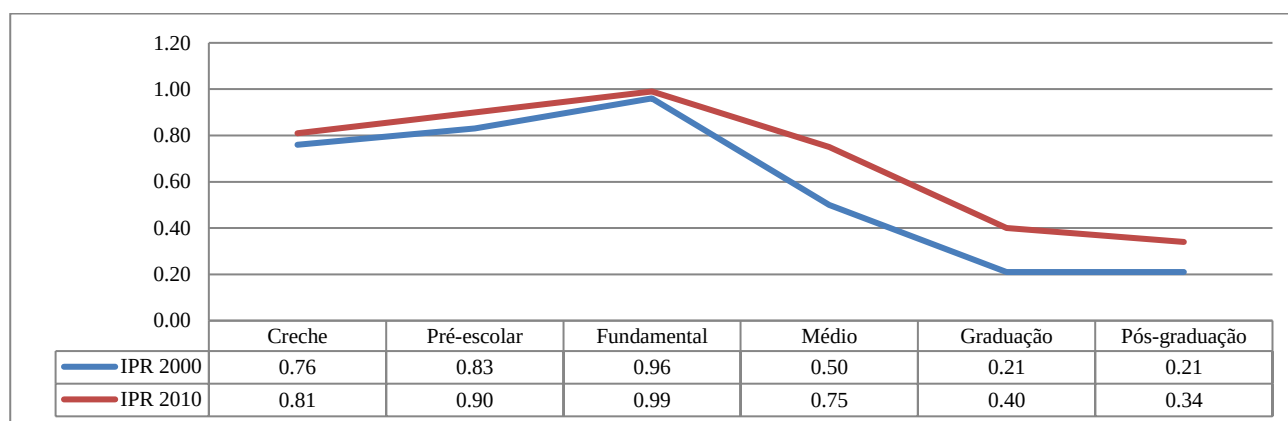
O IPR sofre variação no período considerado, passando de 0,83 (predomínio de brancos) para 1,07 (predomínio de negros). O Censo de 2010 indica uma inversão na participação por cor/raça na população brasileira, verificada desde a edição de 2008 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Segundo Cunha (2012, p. 3):

Este fenômeno pode ser atribuído tanto a um diferencial de fecundidade [...]e/ou pelo aumento sistemático de população que se autodeclara negra devido a um processo de conscientização da importância de assumir sua própria identidade.

Essa questão não será aprofundada neste estudo, mas deve ser indicada, pois as mudanças na distribuição de brancos e negros na população (em geral) repercutem diretamente nos diferentes índices de escolarização apresentados adiante.

Entender os processos de ocupação dos grupos raciais no ensino superior demanda avaliar as etapas anteriores de escolarização, em especial nos resultados para o acesso e conclusão do Ensino Médio. O Gráfico 1 apresenta a distribuição IPR para as diferentes etapas de escolaridade para 2000 e 2010.

Gráfico 1 - IPG e IPR para estudantes por nível de escolaridade, Brasil, 2000 e 2010.



Fonte: Microdados de Censo Demográfico 2000 e 2010. (Acessada via BME).

Nota: as faixas etárias utilizadas foram: Creche de 0 a 3 anos; Pré-escolar (4 a 5 anos); Fundamental (6 a 14 anos); Médio (15 a 17 anos); Graduação (18 a 24 anos) e Pós-graduação (25 a 64 anos).

Em 2010, os negros se aproximaram dos brancos no acesso à creche e à pré-escola. No ensino fundamental observa-se paridade, o que pode ser consequência dessa etapa ter sua oferta de atendimento

universalizada. No ensino médio as distâncias entre os grupos se ampliam consideravelmente; enquanto em 2000 eram 50 negros para cada grupo de 100 brancos, em 2010 a relação é de 75 para 100. A melhora observada, ainda mostra as marcas das desigualdades que constituídas nessa etapa repercutem nos indicadores de acesso ao ensino superior: em 2000 para cada 100 brancos tinha-se 21 negros, índice que chega a 40 em 2010. A análise geral do gráfico indica que um intenso gargalo se consolida no ensino médio, impossibilitando (ou dificultando) o acesso de negros as etapas mais elevadas de escolarização.

Conclusões iniciais

Este estudo é inicial e pretende trazer para as discussões sobre desigualdades de acesso ao ensino superior por grupos raciais uma preocupação: de que o gargalo está, e é construído, nos percursos da educação básica, em especial no ensino médio. Enquanto a “desejada” equidade nas trajetórias não estiverem lá solucionadas, não se alterará, de forma representativa, a participação de negros no ensino superior, etapa de maior prestígio social. O IPR pode ajudar a dimensionar tais distâncias e avaliar e monitorar as diferentes políticas públicas em desenvolvimento, com vistas a tornar a educação brasileira um bem social para todos, assim como garantida a sua qualidade.

Referência

ARTES, Amélia. Desigualdades de cor/raça e sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós - graduação brasileira: 2000 e 2010. *Relatório de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, SP, 2015

FERES JR., João (Org.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro hoje: análise de desenho institucional 2011*. Gemaa – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa IESP/UERJ, 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo, Editora 34, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia *Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro. Programa de Ações Afirmativas em Debate*, UFScar, 2006.